

PODER

Bolsonaro pressiona por reajuste para PF

Presidente ligou para relator do Orçamento pedindo a inclusão do aumento para 2022

» CRISTIANE NOBERTO

Najara Araujo/Câmara dos Deputados



O deputado Hugo Leal não incluiu o reajuste na peça orçamentária, que será votada hoje

Categorias reclamam de perdas

De olho nas eleições do ano que vem, o presidente Jair Bolsonaro (PL) pressiona o Congresso por reajuste salarial para policiais federais. Ele ligou para o relator-geral do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), pedindo que inclua o aumento na peça orçamentária. Porém, no relatório do parlamentar, apresentado ontem, não consta a elevação de salários das categorias de segurança.

O parecer de Leal estava marcado para ser votado ontem, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), mas, por falta de consenso, foi adiado para hoje.

Segundo a presidente do colegiado, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), não há nenhuma definição sobre o assunto. “Nós temos de fechar, primeiro, a Educação; olhar a Saúde. Cada incidência da Saúde deve ser olhada com cuidado, tem de ter recurso”, argumentou. “Quando você fala em reajuste, não é uma só categoria, tem várias. Até agora, não foi tratado ainda. Não vou dizer que fica assim. A palavra final acontece só depois que se faz as contas. Diminui aqui, ajusta ali.”

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, atendeu ao pedido de Bolsonaro sobre reajuste de servidores. Ele enviou ao Congresso um ofício pedindo R\$ 2,86 bilhões no Orçamento de 2022, dos quais R\$ 2 bilhões serão destinados aos policiais. O restante do montante contempla outras duas categorias, mas Guedes não quis citar quais porque “senão todo mundo vai querer”. O pedido, no entanto, não indica quais serão as fontes de recursos para bancar o reajuste.

Leia mais
sobre Orçamento na página 7

Relator reserva R\$ 16,5 bi para orçamento secreto

O relatório final do Orçamento de 2022, apresentado pelo deputado Hugo Leal (PSD-RJ), ontem, prevê R\$ 16,5 bilhões em emendas do orçamento secreto para o próximo ano, período de eleições. Com isso, o Congresso seguirá carimbando essa fatia de recursos federais para repasses a redutos políticos de deputados e senadores.

No parecer, Leal também incluiu um valor de R\$ 5,1 bilhões para o fundo eleitoral, um pouco menor do que os R\$ 5,7 bilhões defendidos por parlamentares do Centrão. Mesmo com a redução, continuará a ser o maior volume de recursos já destinado para campanhas na história (leia mais na reportagem abaixo).

O valor previsto do orçamento secreto — operado por meio do repasse de emendas de relator, tipo RP9 — é um pouco menor que o liberado em 2021, quando alcançou R\$ 16,9 bilhões. Os recursos são alvos de investigação no Supremo Tribunal Federal (STF), no Tribunal de Contas

Toma lá dá cá

O governo de Jair Bolsonaro distribuiu bilhões de reais a um grupo de parlamentares em troca de apoio em votações de interesse do Palácio do Planalto.

da União (TCU) e em outros órgãos de controle.

A execução das verbas chegou a ser suspensa pelo Supremo, mas foi liberada após um movimento da cúpula do Legislativo para retomar as transferências.

Para 2022, o Congresso aprovou uma regulamentação estipulando algum nível de transparência dos autores das indicações. Especialistas e parlamentares críticos ao esquema, no entanto, ainda questionam como isso será feito. Além disso, não há nenhum critério de distribuição entre bancadas e regiões do país.

Novo aciona STF contra fundão de R\$ 5,7 bi

O partido Novo entrou, ontem, com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o aumento do fundo eleitoral. Na semana passada, o Congresso derrubou o veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) e abriu caminho para uma despesa de R\$ 5,7 bilhões para gastos de campanha em 2022.

O pedido é pela revogação imediata do trecho do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que amplia os recursos,

fixados pelo governo federal em R\$ 2,1 bilhões. O partido afirma que parlamentares invadiram competência do presidente, a quem cabe enviar a proposta de orçamento, incluindo os critérios para o cálculo do fundo eleitoral.

“Não foi por proposta do Poder Executivo, que é privativa por força constitucional, a nova fórmula de cálculo para o aumento discricionário do Fundo Eleitoral ocorrido quando da aprovação do Projeto da LDO 2022

últimos tempos, em momentos como a reforma da Previdência e da PEC Emergencial, por exemplo. Também precisamos de uma Lei Orgânica, que deixe claras as atribuições e competências de cada cargo”, frisou.

Segundo um dos negociadores por parte da Polícia Rodoviária Federal, Hiago Ulhoa, o reajuste salarial é uma recomposição das perdas com a inflação. “A gente está reivindicando aqui o aumento do número de cargos, com uma reestruturação, para possibilitar a convocação e a nomeação dos aprovados”, disse.

Além das carreiras de segurança, Bolsonaro já prometeu

reajuste para todos os servidores em 2022, ano em que disputa a reeleição. “Reajuste seria de 3%, 4%, 5%, 2%, que seja de 1%”, frisou o presidente, em entrevista à Gazeta do Povo, no dia 8 deste ano. “Servidor, em grande parte, merece isso”, completou.

Os últimos reajustes ao funcionalismo foram aprovados pelo Congresso entre 2016 e 2017. As carreiras com menores salários negociaram aumentos por dois anos — a última parcela entrou em vigor em 2017. Já as carreiras de estado garantiram reajustes por quatro anos, concedidos paulatinamente até 2019.

Nelson Jr./SCO/STF



A ministra Rosa Weber, do STF, acabou liberando a execução das RP9

Do total de emendas para 2022, R\$ 2,1 bilhões serão destinados para “apoio à política nacional de desenvolvimento urbano voltado à implantação e qualificação viária”, uma programação genérica vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, um dos principais executores do orçamento secreto nos dois últimos anos.

Além disso, R\$ 1,9 bilhão irá

para “apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado”, outra ação vinculada à mesma pasta e com configuração similar. A escolha da destinação final dos recursos dependerá da indicação do relator e poderá ser negociada nos bastidores. Ao julgar o caso, o STF exigiu a transparência desses acordos.

“Há um aumento expressivo e ad hoc (para este efeito) de despesas, sem indicação da fonte de recursos, sem prévia autorização legislativa, que não foi proposta pelo Poder Executivo e que se destina para uma finalidade que não é exatamente coletiva, mas se objetiva custear com recursos públicos interesses eleitorais de somente algumas forças políticas, que são hegemônicas e que, por isso, sentiram-se confiantes para fazê-lo”, destaca.

“Há um aumento expressivo e ad hoc (para este efeito) de despesas, sem indicação da fonte de recursos, sem prévia autorização legislativa, que não foi proposta pelo Poder Executivo e que se destina para uma finalidade que não é exatamente coletiva, mas se objetiva custear com recursos públicos interesses eleitorais de somente algumas forças políticas, que são hegemônicas e que, por isso, sentiram-se confiantes para fazê-lo”, destaca.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



A eleição de Boric no Chile pode virar um El Niño político

A esquerda venceu as eleições no Chile com a eleição do ex-líder estudantil e jovem deputado Gabriel Boric, de 35 anos, o mais jovem político a presidir o país em toda a sua história. Foi uma eleição marcada pela polarização política, na qual o candidato da Convergência Social, apoiado pelo Partido Comunista chileno, derrotou o ultradireitista José Antônio Kast, do Partido Republicano, um fanático admirador do ex-presidente Augusto Pinochet, o ditador sanguinário que liderou o golpe militar de 1973, no qual o presidente Salvador Allende se suicidou, em meio ao bombardeio do Palácio La Moneda por aviões de caça da Força Aérea chilena. A eleição foi de virada: no primeiro turno, Boric havia ficado em segundo lugar.

A nova situação chilena parece retomar o fio da história interrompido com o golpe de 1973, quando Allende representava o sonho de um socialismo democrático. É como se a história tivesse sido “descongelada” por quase 50 anos. Embora o atual presidente Sebastián Piñera e a socialista Michelle Bachelet tenham protagonizado as disputas políticas direita x esquerda dos últimos 16 anos, ambos são políticos moderados, governaram em aliança com os liberais. Boric se apresentou no primeiro turno como uma candidatura de viés muito esquerdista. Entretanto, moderou o discurso no segundo e se aproximou dos socialistas, liberais e democrata-cristãos para derrotar a extrema-direita.

Gosto da expressão “descongelar” por causa de uma entrevista do filósofo alemão Jürgen Habermas, logo após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, que marcaram o colapso do chamado “socialismo real” europeu. Habermas comparou a Europa do fim da Guerra Fria a uma fotografia — como aquela de Roosevelt, Stálin e Churchill, em fevereiro de 1945, na Crimeia, que foi “descongelada” e virou um filme de longa metragem, como se a história anterior à guerra fosse retomada de onde foi interrompida.

“Ninguém me convence de que o socialismo de estado seja, do ponto de vista da evolução social, ‘mais avançado’ ou ‘mais progressista’ do que o capitalismo tardio. (...) São senão variantes de uma mesma formação societária. (...) Temos tanto no leste como no oeste modernas sociedades de classe, diferenciadas em Estado e economia”, disse Habermas à época (Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989).

A história das nações europeias anterior à II Guerra Mundial, de fato, fora “descongelada”, despertando velhos conflitos econômicos e de fronteiras, além de forças políticas muito reacionárias que estavam adormecidas no Leste Europeu, desde a ocupação soviética, principalmente na Hungria, na Ucrânia, na Polónia e na Romênia.

No primeiro turno, Boric foi um duro crítico da democracia chilena pós-Pinochet, que governou com as baionetas de 1973 a 1990. Segundo o novo presidente chileno, a continuidade do modelo liberal deixou as classes média e baixa endividadas, sem condições de arcar com os custos da educação, da saúde e da previdência privada. Sua proposta é um Estado de bem-estar social ao estilo da social-democracia nórdica da Europa: Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia. A nova Constituição em elaboração, de certa forma, cria condições para ultrapassagem do modelo econômico neoliberal herdado de Pinochet pelos governos democráticos. Em contrapartida, no primeiro ano de governo, a inflação fora de controle complica muito a execução do projeto de Boric, que também precisa formar uma nova maioria no Congresso.

Polarização política

Em tempos geopolíticos, a vitória de Boric consolida uma guinada à esquerda no Cone Sul, que já havia sido iniciada com a eleição do justicialista Alberto Fernández na Argentina, hoje o mais importante aliado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na região. Também aprofunda o isolamento político do presidente Jair Bolsonaro, crescente desde a eleição do atual presidente dos Estados Unidos, o democrata Joe Biden. Pode virar uma espécie de El Niño político, o fenômeno atmosférico oceânico que aquece as águas superficiais do Pacífico tropical e provoca alterações climáticas na América do Sul e outras regiões do mundo, com mudanças no regime de ventos e de chuvas.

O PRINCIPAL BENEFICIADO DA ELEIÇÃO DE BORIC É O EX-PRESIDENTE LULA, FAVORITO EM TODAS AS PESQUISAS DE OPINIÃO. BOLSONARO, PORÉM, NÃO SE SENTE DERROTADO ESTRATEGICAMENTE